Parte 1 - Novos olhares do turismo no território brasileiro
História e cultura urbana carioca: a natureza turística do Rio de Janeiro entre a cidade das letras e a cidade maravilhosa

Amanda Danelli Costa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COSTA, A.D. História e cultura urbana carioca: a natureza turística do Rio de Janeiro entre a cidade das letras e a cidade maravilhosa. In: MARAFON, GJ., SOTRATTI, MA., and FACCIOLI, M., comps. *Turismo e território no Brasil e na Itália: novas perspectivas, novos desafios* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, pp. 123-161. ISBN 978-85-7511-445-2. <https://doi.org/10.7476/9788575114452.0007>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

História e cultura urbana carioca: a natureza turística do Rio de Janeiro entre a cidade das letras e a cidade maravilhosa

Amanda Danelli Costa

Chegar ao Rio de Janeiro por mar

A cidade do Rio de Janeiro tem a sua gênese marcada por uma história de disputas. A primeira delas é, mais do que um embate entre civilizações, uma disputa entre projetos de cidades ideais. Os franceses, que já haviam construído a sua França Antártida em terras cariocas, foram chamados à luta pelos portugueses, que, além de não quererem perder seu território, pretendiam fazer daquele um espaço fértil para a sua empresa colonial. Assim, a cidade se constituiu a partir de um confronto de utopias entre franceses e portugueses (Rodrigues, 2006, p. 213). Diante da cidade que os franceses haviam imaginado e criado, os portugueses assumiram a condição de afirmar e garantir a sua força frente à ameaça estrangeira. Essa força, entretanto, que poderia estar apenas baseada no domínio das terras e na construção

de fortificações, promoveu a idealização do novo espaço pelos colonos que ali se instalaram.

A segunda das disputas se desenrolou na medida em que franceses e portugueses precisavam, ao mesmo tempo, se aliar e negociar com os nativos, para quem o Rio de Janeiro se apresentava como espaço real, onde a vida estava marcada pela força do cotidiano e da tradição indígena.

Para os portugueses, sua idealização supôs [...] o reencontro com homens. No fundo, com dois tipos diferentes de homens. Um, europeu, reconhecido como inimigo, uma vez que ocupava uma área de domínio português e precisava ser excluído dessas terras. Outro, da terra, índio, que, influenciado pelas atitudes e modos de agir dos franceses, considerava-se dono de um domínio português sem ser portador de qualquer qualificação que lhe garantisse a posse das terras (Rodrigues, 2002, p. 17).

Esses dois momentos foram decisivos para que no ano de 1565 a cidade fosse fundada¹ aos pés do Morro Cara de Cão, na boca da Baía de Guanabara, lugar que desde então funcionou como uma dobradiça da cidade, permitindo, por um lado, o contato com seu caráter mais particular e, por outro, com o que é estrangeiro. Essa qualidade da Baía de Guanabara fez dela não apenas um marco da fundação da cidade, mas passou a integrar o espírito da cidade, que desde muito cedo se tornou cosmopolita, aberta ao mundo. Tal característica foi garantida ao longo dos

¹ Mem de Sá e seu sobrinho, Estácio de Sá, dedicaram-se à organização das expedições para, finalmente, em 1567 expulsarem os franceses desse território. Estácio de Sá, que em 1565 havia lançado os fundamentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, morreu ferido no rosto por uma flecha, em razão dos combates contra os franceses e seus aliados tamoios.

séculos seguintes pela presença e direção dos colonos,² que garantiram que a cidade fosse sutilmente deslocada da autoridade dos colonizadores, então marcada pela “experiência da vida ativa contra a vivência contemplativa, pela autonomia e pelo autogoverno” (Rodrigues, 2002, p. 19).

A terceira das disputas persiste na cidade até os dias de hoje, quando a natureza ainda impõe os limites para a dominação do espaço. Depois de expulsarem os franceses e dominarem os nativos, os portugueses tiveram de avançar sobre a natureza tropical da cidade para definitivamente ocupá-la. Além disso, a natureza é um dos elementos presentes no jogo de tensões entre a beleza primitiva, a cultura e a civilização; jogo este que resulta em diversas imagens que ainda hoje representam a cidade do Rio de Janeiro. Foi justamente dessa tensão, em que ora pesam as qualidades associadas à beleza primitiva e ora pesa o seu caráter mais cultural, que nasceu seu mais conhecido epíteto: *cidade maravilhosa*.

A natureza no Rio de Janeiro revela a condição feminina do seu espírito através das curvas que seduzem quem a conhece. É feminina também porque as mesmas curvas desafiam a potência de quem investe sobre ela; e ainda dissimulam os seus defeitos. Essas qualidades da natureza do Rio, sintetizadas na conjugação das curvas do solo e do espelho d’água da Baía de Guanabara, vão integrar o espírito da cidade.

A partir da pequena fortaleza natural da colonização portuguesa, a ação de urbanização permitiu ocupar um território pouco propenso a isso, com operações que acabaram com quase todos os morros limítrofes, transformaram a maioria das suas praias

² Um dos exemplos mais importantes dessa marca da cidade foi a revolta de 1660, conhecida como Bernarda ou Revolta da Cachaça. Foi motivada pelo aumento excessivo dos impostos sobre a aguardente, o que gerou a oposição dos colonos ao governo de Salvador Correa de Sá, que ao final acabou deposto pela corte.

urbanas, perfuraram túneis, e ademais incluíram a plantação artificial da sua floresta tropical; e o resultado foi de tal ordem que, paradoxalmente, a cidade é tida como exemplo de adaptação à natureza, e não, como realmente é: natureza construída (Andreatta, 2006, p. 20).

A principal imagem da cidade do Rio de Janeiro é desde há muito tempo a imagem da sua natureza, expressa na beleza dos seus morros, das encostas verdes, das suas lagoas, das curvas da Baía de Guanabara e de Copacabana. O movimento paradoxal apontado por Verena Andreatta se explica quando percebemos que é justamente no momento em que a cidade passa a ser mais valorizada como natureza que ela vive suas mais profundas transformações, inclusive no sentido de aperfeiçoar a beleza primitiva. Fazem descer morros, pintam o verde, acentuam as curvas, e a herança que o século XX nos deixa é a da natureza planejada, que sofreu intervenções, influenciada pela cultura e pelo engenho humano. Entretanto, antes de se tornar a natureza civilizada que já não guarda as marcas do primitivo, da infância ou da ingenuidade, essa mesma natureza impôs as condições de adaptação à cidade e por isso podemos dizer que o Rio de Janeiro nasceu junto desse embate, que promoveu uma tensão entre avanços e recuos na relação com aqueles que ali se estabeleceram: “tiveram os colonizadores primeiro de construir uma cidade que tinha a sua determinação na natureza, para depois construí-la, se possível, como cidade real e ordenada” (Rodrigues, 2002, p. 18).

A tensão acabou por se tornar um traço específico do temperamento do Rio de Janeiro, herança fincada na sua história desde os primeiros embates enfrentados pelos colonos no momento da sua fundação. Muito embora algumas das especificidades cariocas tenham se transformado ao longo desses cinco séculos, especialmente uma se mantém viva até os dias de hoje: o Rio de Janeiro é uma cidade de luta e de tensão e essa experiência se de-

senrola desde o âmbito do corpo da cidade até o âmbito das ideias que circulam por ela e que conformam a *persona* desse espírito carioca. Compreendido isto, buscamos avançar no campo de reflexão sobre a cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de colocar a história da cidade e da sua cultura urbana em questão e, assim, observar com quais condições e heranças o Rio de Janeiro adentra o século XX, momento em que ele se reconfigurou para dar-se a ver aos estrangeiros; e de analisar como as mudanças vividas pela cidade nas primeiras décadas do século XX transformaram inclusive sua natureza turística, que antes estava identificada com o centro e as suas sociabilidades e depois passou a estar identificada com os bairros atlânticos da zona sul e aos lazes praianos.

A cidade em diálogo: o Rio de Janeiro e a sua historicidade

Dentre todas as cidades brasileiras, por que é o Rio de Janeiro aquela que ainda hoje atrai mais olhares, motivados pelos mais distintos interesses? Diferente do que muitos podem pensar, não está na beleza singular da cidade a explicação para tanta atenção dedicada a ela. O Rio de Janeiro foi a capital política do Brasil entre 1763 e 1960, tendo vivido ao longo desses anos diferentes situações políticas: capital da colônia, capital do Império português, capital do Império brasileiro e capital da República do Brasil. Salvador e Brasília, respectivamente capitais antes e depois do Rio, viveram a experiência de terem suas imagens associadas diretamente ao país, justamente porque ali estava centralizado o poder político de onde se governava todo o território. De forma muito particular, a cidade do Rio de Janeiro, antes mesmo de se tornar o centro político do país, já exercia um papel capital perante as províncias do sudeste e sul brasileiros. Adiante, observaremos como a historiografia da cidade do Rio de Janeiro trata essa questão.

A onda de megaeventos – Rio +20 (2012), Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímp-

picos (2016) – que o Rio de Janeiro vem enfrentando nos últimos anos tornou ainda mais viva a relação entre a cidade e a nação brasileira. Em 2011, ano que antecedeu a implementação dessa renovação do espírito da cidade que já se preparava para os megaeventos, o governo do estado do Rio de Janeiro lançou uma campanha nos vários meios de comunicação: “Rio de Janeiro, marca registrada do Brasil”. A campanha, destinada principalmente aos empresários do estado, visava atrelar à imagem dos seus produtos a imagem do Rio de Janeiro. A marca “RJ” ofereceria de uma só vez a garantia de que o produto é brasileiro – feito no Brasil ou *made in Brazil* – e de que possui as qualidades da cidade e do estado do Rio de Janeiro – alegria, energia e paixão –, conceitos a partir dos quais se construiu a campanha publicitária. Esforços como este confirmam o propósito do poder público de relacionar os megaeventos à figura do país por meio do espaço metonímico que a cidade assume. Esse modo de olhar e pensar a cidade, entretanto, não é exclusividade das esferas públicas, mas está e esteve presente nos trabalhos acadêmicos que se dedicaram a investigar a história da cidade, bem como no imaginário da sociedade carioca, que se percebe como aquela que melhor sintetiza a cultura brasileira. A historiadora Barbara Freitag nos dá um exemplo desse modo de interpretar a cidade:

Como em 2014 o Brasil vai sediar a Copa do Mundo de Futebol, dando destaque ao Rio de Janeiro, futura sede das Olimpíadas de 2016, a antiga capital agora tem a chance única de mostrar seu potencial cultural e histórico para resgatar sua ‘capitalidade’, compreendida como aquele atributo que certas cidades têm de construir a síntese e a caixa de ressonância de sua nação, ainda que não sejam capitais políticas (2009, p. 26).

A partir dessa questão, ainda mais acesa contemporaneamente, o artigo “Em algum lugar do passado: cultura e história na

cidade do Rio de Janeiro”, de Antonio Edmilson Martins Rodrigues, ganha um renovado fôlego ao se posicionar na contramão do cânone entronizado por aqueles que só observam a cidade a partir dos limites da nação. Ao perceber que nas últimas décadas o Rio de Janeiro esteve em voga nos estudos acadêmicos, o autor se lança numa revisão dos trabalhos de pesquisa sobre o tema, tendo como norte o objetivo de “encontrar elementos que pudessem acentuar a identidade da cidade e valorizar um espírito carioca que fugia por entre os dedos dos pesquisadores” (2002, p. 13). Metodologicamente, a opção do historiador é promover uma aproximação entre literatura e história para nessa interface desenvolver as chaves de interpretação sobre a cultura urbana carioca. Do lado da história, uma das preocupações principais era “resgatar a memória histórica da cidade e descrever a construção da esfera de poder e da cultura” (2002, p. 14), o que foi motivado pelo fato de sempre se associar o início do processo de modernização do Brasil com o início do processo de modernização da cidade, como se ela fosse uma espécie de microcosmo da nação, de modo que qualquer interpretação sobre ela estaria se remetendo simultaneamente a uma interpretação sobre o Brasil. A segunda principal preocupação é

utilizar todos os resultados para fundamentar a ideia de que a modernidade carioca se constituiu numa nova fundação do Brasil, partindo da condução política do Rio de Janeiro, caixa de ressonância da política nacional. O equívoco dessa segunda preocupação está em estabelecer uma coincidência entre o lugar onde se tomam as decisões e o alcance das mesmas, tanto no sentido de sua produção como no de sua aplicação (2002, p. 14).

A aproximação com a literatura se dá por motivações relacionadas aos argumentos citados justamente porque a literatura brasileira no século XIX se construiu sobre o conjunto de valores vinculados à nação. “Não, há, no limite, uma literatura, há uma

história feita através da literatura” (2002, p. 15), o que contribuiu para aumentar a confusão entre os temas particulares à cidade e os temas propriamente brasileiros. O discurso literário e histórico desde o século XIX até a virada para o século XX no Brasil estava marcado pela necessidade de conformar uma unidade de narrativa, um ideal de hegemonia, que

esconde tudo que pode aparecer como conflito, estabelecendo o primado da ordem como aquele que, exemplarmente, está constituído pela cidade-capital. [...] A cidade do Rio de Janeiro, durante esse período, veicula a imagem de progresso e conciliação, fazendo com que acozam para ela todos os acontecimentos de peso histórico, ou seja, aqueles que determinam mudanças (2002, p. 15).

Entretanto, a literatura não se resumiu a isso, oferecendo por dentro dela uma crítica a esse movimento que se pretendia a única forma de construir sentido, apresentando a tensão existente entre uma literatura brasileira e outra nacional; ou seja, uma literatura que conseguisse conjugar valores locais e universais simultaneamente e outra que se inspirasse e limitasse exclusivamente nos fatos nacionais.

Assim, Rodrigues lança seu olhar sobre o Rio de Janeiro observando como a cidade, mais do que mero palco no qual se encenam ideias sobre política e cultura, foi o lugar em que essas ideias foram fomentadas e entraram em disputa, fazendo da literatura, frequentemente, o seu campo de batalha. A cidade do Rio de Janeiro como corpo e espírito, por vezes, representava o lugar de releitura daquele ideal de hegemonia associado à nação, mas, por outras, apresentava as fendas próprias àquele ideal, mostrando como a cidade, e também a literatura e a história, na tentativa de criar sentido para si, se envolvem numa tensão paradoxal entre a

observação das heterogeneidades e a persistência na construção de modelos homogêneos.

No segundo movimento do artigo, vê-se a construção de um percurso que parte do momento da fundação da cidade no século XVI e segue até o século XX investigando as identidades que o Rio construiu para si ao longo do tempo. Dentre as mais importantes singularidades, seu caráter autônomo foi um dos principais condicionantes para que o Rio de Janeiro viesse a assumir nos séculos subsequentes o papel central na história política do país.

A autonomia de que fala o historiador se justifica pelo fato de o Rio de Janeiro ter sido uma cidade de colonos aberta para o mundo, de modo que não se limitou a um porto ou a uma feitoria. Por causa da sua vocação mercantil, não obedecia ao exclusivo português, permitindo-se fazer comércio com todos que passassem por ela, o que a tornou cosmopolita. Além disso, vinculou-se à produção agrícola, o que dinamizava o comércio de exportação e conformava uma região de abastecimento: “Crescimento urbano, aumento da riqueza mercantil e estabelecimento da expansão promotora do desenvolvimento de uma área de abastecimento da cidade [...] aumentaram a sua autonomia, pois a cidade passava a produzir o que consumia” (2002, p. 19).

Portanto, a autonomia e a capitalidade compõem as principais identidades exploradas pelo autor. O conceito de capitalidade, entretanto, pode ser apresentado a partir de diferentes versões, sendo as principais aquelas que: associam seu incremento da capitalidade à crescente associação entre cidade e nação; ou compreendem a capitalidade como “a condição de ser um centro articulador de políticas que, no limite, assumia a qualidade de vanguarda no processo de estruturação dos interesses dos colonos” (2002, p. 18). Para Barbara Freitag, no trecho supracitado, é o primeiro sentido o que se anuncia; já para Rodrigues, é o segundo sentido que melhor explica essa importante singularidade da cidade do Rio de Janeiro. Os dois entendimentos se filiam e derivam da re-

flexão de Giulio Carlo Argan (2004, p. 71) sobre o aparecimento das cidades-capitais, fenômeno vinculado na Europa à consolidação das monarquias absolutistas. A centralização dos poderes e a sua representatividade em um espaço específico conferiram a certas cidades a qualidade de serem simultaneamente capitais desses Estados unificados. O historiador italiano, contudo, adverte que tal função representativa levava as cidades-capitais a terem o seu caráter municipal fragilizado. O Rio de Janeiro, antes mesmo de se tornar uma cidade-capital, já exercia uma função representativa importante, resultado da organização dos interesses dos colonos que ocuparam a cidade e contribuíram para que, por meio da sua vocação mercantil, ela se tornasse mais autônoma do que outras regiões do território colonial. Isso significa dizer que no Rio de Janeiro dos séculos XVI, XVII e XVIII houve uma experiência autônoma não apenas no âmbito econômico, mas também no âmbito político, de modo que os colonos não se sentiam representados pela Coroa e, por meio do governo dos interesses específicos da cidade, especialmente na Câmara Municipal, se tornaram um modelo a ser seguido pelas províncias, mais próximas, o que, com o passar do tempo, ofereceu um crescente risco à hegemonia da metrópole. A capacidade de se autogerir e influenciar as demais províncias, associada ao enriquecimento de colonos envolvidos com a extração e o comércio de ouro – que vinha das Minas Gerais e era escoado pelo porto carioca –, justificou a necessidade de maior controle fiscal e político da cidade do Rio de Janeiro, fazendo com que a transferência da capital de São Salvador para o Rio ocorresse em 1763.

Este foi o primeiro golpe na autonomia e na capitalidade do Rio de Janeiro, que se viu a partir de então “limitada em sua ação pela presença da Coroa portuguesa” (Rodrigues, 2002, p. 22). A presença das instituições metropolitanas aumentou significativamente a fiscalização sobre os colonos e a identificação com Portugal, de modo que a cidade não exercia mais o mesmo papel

de antes em relação às demais províncias, que passaram, inclusive, a olhar para o Rio com desconfiança. O segundo golpe sobre a sua capitalidade³ foi lançado com a transferência da corte portuguesa para a cidade em 1808. Logo depois daquele momento, o Rio de Janeiro tornar-se-ia, mais do que a capital do Brasil, a capital de um império transatlântico. Na viagem para o Brasil, o príncipe regente não foi acompanhado apenas da sua mulher, Carlota Joaquina, seus nove filhos e alguns membros da corte; o embarque naquele novembro de 1807, em Lisboa, não significava apenas a retirada estratégica da família real de Portugal por causa da ameaça francesa, mas, além disso, “era, sim, a sede do Estado português que mudava de endereço, com seu aparelho administrativo e burocrático, seu tesouro, suas repartições, secretarias, tribunais, seus arquivos e funcionários” (Schwarcz, 2002, pp. 210-1). Tudo isso justifica o fato de naquele momento o Rio ser apelidado de *Nova Lisboa* (Barra, 2008, p. 121).

Na passagem do século XVIII para o XIX, o Rio de Janeiro sente, em um intervalo de menos de cinquenta anos, o peso de representar a colônia e a metrópole. No século seguinte, a cidade sentiria o peso da República brasileira, que, em oposição ao passado colonial e imperial, se queria moderna e atualizada de acordo com os modelos de progresso disponíveis nos Estados Unidos e na Europa.

Nem cidade moderna nem mais uma cidade colonial. Diferentemente das capitais europeias, diante da modernidade provocada pelo desenvolvimento de estruturas de produção e consumo capitalistas, o que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, na passa-

³ Entendemos que, neste momento histórico, houve um deslocamento do conceito de capitalidade para um de seus elementos possíveis, a centralidade, que vem a ser “a propriedade de uma cidade ser o centro pelo qual devem passar os principais acontecimentos políticos e culturais de um país. Esta qualidade dispensa, ainda que não exclua, a condição de capital” (Azevedo, 2002, p. 17).

gem do século XIX ao século XX, foi a adaptação da cidade aprisionada a uma nova etapa do desenvolvimento da nação, agora republicana (Rodrigues, 2002, p. 25).

A *belle époque* carioca, de acordo com Rodrigues, esteve marcada, em parte, por uma artificialidade oriunda da incorporação dos modelos externos sem que estes fossem completamente traduzidos pela tradição. A necessidade de embelezar a cidade e de adequá-la a projetos de desenvolvimento e a resultados modernos promoveu ainda mais dois movimentos que já eram anteriores ao século XX: o primeiro deles se relacionava à ideia de que o Rio de Janeiro se tornava a vitrine do Brasil; e o segundo deixava latentes as contradições existentes na cidade, que deveriam ter sido superadas com a modernização, mas, ao contrário, tornaram-se ainda mais evidentes por causa da tentativa de homogeneização do espaço.

Margarida de Souza Neves, com o propósito de analisar as primeiras décadas republicanas no Brasil, observa a existência de dois cenários distintos e ao mesmo tempo intrínsecos, que conferem um caráter próprio à gênese da República brasileira. Alternam-se no palco, sem desprezar os rastros deixados pelo seu oposto, “a modorra da vida do interior” (2003, p. 16), que se apresentava como o lugar de onde se fazia política, e “a vida vertiginosa do Rio de Janeiro” (2003, p. 16), que deveria ser esvaziada dos debates públicos. A historiadora esclarece:

Ao poder federal competia, despolitizada a capital federal e mantidas sob rédea curta as multidões das cidades, governar os ventos políticos para que não se embaraçassem os fios que uniam os diferentes interesses políticos e não se rompesse o frágil, complexo e eficiente equilíbrio sobre o qual repousava a República. Esse era o segredo da ordem, que, cada vez mais, era apresentada como precondição do progresso (2003, p. 40).

O século XIX havia reorganizado o mundo de acordo com os valores repensados no âmbito dos avanços tecnológicos e das mudanças geradas a partir de então na sensação de passagem do tempo. As nações, desse modo, passaram a ocupar um lugar na linha do tempo da história linear e evolutiva, considerando os traços de desenvolvimento a partir de duas categorias: o avanço e o atraso. O caso brasileiro tomava um lugar mais atrás nessa linha do tempo, que está mais preocupada em avaliar os estados do que os processos de desenvolvimento em que se encontra cada nação. De acordo com Margarida de Souza Neves, “o problema da concepção evolucionista e linear da história reside em tratar as diferenças como se fossem desigualdades” (2003, p. 23).

Apesar do problema apontado, era justamente essa estrutura de pensamento que vigorava na passagem do século XIX para o século XX no Brasil. Dessa maneira, o país precisava se moldar de acordo com os padrões de progresso material e de civilidade, fossem eles importados do continente europeu ou da América do Norte. A cidade, nesse contexto, se torna o lugar privilegiado de representação das condições ideais de civilidade. Mais do que promover a mudança, é seu atributo expressar essas mudanças. As “duas portas da cidade colonial”, apresentadas por Ilmar de Mattos (2002, p. 82), continuam a fazer da cidade-capital uma espécie de dobradiça, investida de uma dupla relação com o interior e o exterior da cidade e do país. De fora, a cidade-capital recebe os sinais cosmopolitas que chegam pelo porto, sua porta de entrada, e alcançam o interior do país. Entretanto, como bem observa Sérgio Barra (2008, p. 112), a cidade vertiginosa do Rio de Janeiro não é apenas o lugar por meio do qual se aprende sobre a civilização europeia; mais precisamente, é ali que tal civilização se expressa.

O Rio de Janeiro assume um papel simbólico como cidade-capital que justificava a reforma urbana, apesar do esvaziamento do potencial político da cidade. A reforma devia fazer acreditar que

o Brasil – metonimizado na cidade-capital – havia ingressado na era do progresso e da civilização (Neves, 2003, p. 40).

Está justamente na relação dialética entre os dois cenários a explicação para a sustentação de cada uma das partes: os estados figuravam como a realidade de onde se elaborava a direção do governo monopolizada por grupos bem hierarquizados; do outro lado da mesma moeda estava a cidade-capital que legitimava o presente reformador em nome de um projeto ideal ou de um sonho comum que deveria reunir a nação em uníssono.

Ainda na mesma órbita de interpretação, pode-se destacar a importância de Nicolau Sevcenko e seu livro *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. No tocante a esse capítulo da história da cidade, é relevante refazer os percursos de como o autor se volta para as motivações que desencadearam as reformas vividas no Rio de Janeiro durante o governo do presidente Rodrigues Alves. Simultaneamente, Nicolau Sevcenko (2003, p. 64) investe numa análise do grupo responsável por imprimir uma direção ao governo brasileiro –, a chamada “República dos Conselheiros” –, que deveria restaurar a imagem conservadora e rigorosa herdada dos tempos de Império e, ao mesmo tempo, conciliá-la com os interesses dos cafeicultores e das demandas internacionais.

Um ponto importante de aproximação entre Nicolau Sevcenko e Margarida de Souza Neves pode ser observado no seguinte trecho, que aponta uma ambiguidade constitutiva da Primeira República:

Resultava que a pretendida composição de um Estado-nação moderno no Rio de Janeiro só se tornava viável por meio da sustentação, por cooptação, proporcionada pelas estruturas e forças sociais e políticas tradicionais do interior do país (coronelismo, capangismo, voto de cabresto, voto de bico de pena etc.), mais

do que nunca interessadas em tirar partido do volume de riquezas e oportunidades condensadas pelo governo central. O aspirado estabelecimento do regime do progresso e da racionalidade seguia, assim, numa marcha arrastada e entorpecida pela ação corruptora da estagnação e da irracionalidade (Sevcenko, 2003, p. 72).

Dessa forma, a marcha para o progresso trazia nela mesma uma mácula de atraso que era a sua própria força promotora. Nesse sentido, embora o salto de uma condição de atraso para outra de avanço fosse norteado por determinado modelo de civilização, a Primeira República caminhava com os pés viciados pelo modo arcaico de lidar com as questões de ordem pública e com os olhos focados num padrão estrangeiro de desenvolvimento.

Havia uma necessidade imperiosa de ajustar ao menos a capital brasileira aos novos tempos. As características coloniais ainda presentes na trama da *urbs* e nos modos de estar na cidade destoavam em absoluto das demandas modernas, fossem elas da esfera política, econômica ou cultural. Era preciso introduzir na capital o vírus da modernização para que ele contaminasse todo o Rio de Janeiro e então se tornasse a mais adequada expressão da nova realidade que se queria alcançar em todo o país, em cujo coração eram muitos os males diagnosticados:

O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas fazem da febre tifoide, do impaludismo, da varíola, da febre amarela endemias inextirpáveis (Sevcenko, 2003, p. 41).

Os autores se dividem, de modo geral, entre aqueles que verificam a maior preocupação do governo com a expansão da cidade e aqueles que observam a maior preocupação com o saneamento público. De um modo ou de outro, ambos os discursos se fertilizam no terreno dos debates sobre um projeto de civilização para a cidade. Nesse sentido, o que se observa é que essas disputas políticas serviram de alimento para o volume que o projeto reformador incorporou.

Segundo Sevcenko, a capital precisava se livrar da imagem de “insalubre e insegura” para que fosse possível captar o maior número de recursos, investimentos, técnicas e mão de obra advindos de fora do país. Era preciso que o país, por meio da sua capital, se apresentasse com alguma credibilidade para que pudesse compartilhar das riquezas que circulavam pelo mundo civilizado. A transformação visando ao progresso deveria ser total, alcançando o “espaço público, o modo de vida e a mentalidade do carioca” (2003, p. 43). Além disso, deveria envolver toda a sociedade para que o novo estado fosse alcançado sem o risco de qualquer dissensão. Para tanto, quatro foram os princípios fundamentais que serviram de esteio para a transformação da capital, de acordo com o autor:

A condenação dos hábitos e dos costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (2003, p. 43).

Durante o Império, a linha evolutiva da civilização brasileira não excluía o passado colonial porque encontrava nele o

elemento branco que justificava a presença do Brasil no concerto das nações que compartilhavam um ideal de progresso. Em oposição a isso, a República enxergou em qualquer herança colonial, branca ou não, uma prova que atestava o atraso. Como apresenta Sevckenko e outros autores antes citados, o novo momento aponta “um desejo de ser estrangeiro” (Sevckenko, 2003, p. 51), em oposição à preocupação oitocentista com a formação de uma ideia de povo brasileiro. Feito dessa forma, o risco que se correu dizia respeito à dificuldade de se traduzir a modernização a partir de uma tradição, porque esta mesma se via negligenciada pela direção dos novos tempos.

Em um diálogo muito próximo com o historiador Antonio Edmilson Martins Rodrigues, o artigo “A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana”, de André Nunes de Azevedo, busca esclarecer como, sob a notoriedade criada em torno do nome e da gestão Pereira Passos, na realidade, era possível distinguir projetos muito distintos para a cidade. Azevedo elucida a questão afirmando que a produção de alguns historiadores sobre a primeira década do século XX no Rio de Janeiro avaliou os anos entre 1903 e 1906 “como um bloco monolítico no cumprimento do intuito de excluir as camadas populares do centro da cidade, em uma verdadeira trama urdida pela burguesia brasileira e orquestrada pelo prefeito Pereira Passos”, de modo que

obras como as de Jaime Larry Benchimol, Lia de Aquino Carvalho, Maurício de Abreu, Niemeyer Lamarão e Oswaldo Porto Rocha respondiam ao apelo à redenção da cidade do Rio de Janeiro, uma urbe historicamente marcada pela presença do Estado e de suas ações autoritárias no seu espaço urbano. Esses trabalhos procuravam denunciar a associação do grande capital privado com o Estado brasileiro no início do século XX, a fim de aburguesar o espaço urbano em detrimento das camadas populares (2002, p. 40).

Segundo André Azevedo, o presidente Rodrigues Alves deixava claro já no seu discurso de posse os intuitos em relação ao Rio de Janeiro, então capital da República. A reforma urbana anunciada já nesse momento tinha como principal objetivo melhorar a imagem da cidade, sobretudo para o exterior, observada como vitrine do país, com a finalidade de dinamizar a economia, que a essa altura dependia do bom funcionamento do fluxo portuário. Fosse com o pretexto de estimular a imigração de estrangeiros que servissem de mão de obra em substituição aos escravos, ou com o interesse de aumentar a arrecadação fiscal por meio das importações feitas pelo porto da cidade do Rio de Janeiro,⁴ “na visão de reforma de Rodrigues Alves, a modernização do porto era concebida como a obra de maior relevância. As demais foram concebidas em função desta, pensada como o centro do plano de intervenção urbana federal” (2002, p. 41).

Entretanto, os problemas da cidade não se restringiam ao porto arcaico, que tinha como uma de suas características um sistema de transbordo demorado e custoso porque obrigava que os navios estrangeiros de grande calado atracassem distante do cais graças aos limites de profundidade, fazendo com que tanto as mercadorias como os passageiros tivessem de ser transferidos para barcos menores para que chegassem a terra. Além disso, a cidade

⁴ Azevedo explica, em seu artigo “A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana”, que “tal reforma jogava um papel decisivo nos planos de equilíbrio orçamentário da União, pois a constituição republicana previu a sustentação do equilíbrio fiscal da Federação brasileira pelo artifício de conceder aos estados o direito à captação dos impostos sobre as suas exportações, ao passo que à União caberia a arrecadação dos impostos sobre as importações. Como na época o Rio de Janeiro era o principal centro consumidor de produtos importados, a ampliação do porto da capital e a construção de uma estrutura viária para o escoamento dos seus produtos pela cidade tornavam-se fundamentais na estratégia de saneamento econômico do governo de Rodrigues Alves” (2013, p. 37).

tinha fama de pestilenta,⁵ de modo que muitos estrangeiros evitavam sair das embarcações e, em casos mais graves, deixava-se inclusive de se fazer acordos comerciais para se evitar o porto carioca, havendo uma fatia importante desse comércio que se dirigia diretamente a Buenos Aires.

Além dos problemas do porto e das doenças, o sistema de distribuição das mercadorias para dentro da cidade estava limitado pela inexistência de avenidas largas que ligassem o porto a pontos estratégicos da cidade. Vale lembrar que as ruas eram estreitas e o trânsito da via ficava interrompido se qualquer veículo tivesse de parar para descarregar mercadorias. Com isso,

associada às obras do porto estavam as aberturas da Avenida do Cais – futura Rodrigues Alves –, da Avenida do Mangue – posteriormente Francisco Bicalho – e da Avenida Central – renomeada em 1912 como Rio Branco. Essas três avenidas foram concebidas para constituir um sistema viário destinado a melhor absorver as atividades de distribuição de mercadorias oriundas do porto. Assim, a Avenida do Cais facilitaria a distribuição comercial para os sentidos norte e oeste da cidade, ao passo que a Avenida Central cumpriria o mesmo, mas para com os sentidos sul e centro da cidade (Azevedo, 2002, p. 39).

De acordo com Azevedo, a reforma do porto se torna uma espécie de ícone do progresso brasileiro, na medida em que a partir dali se daria o desenvolvimento econômico da capital, vista pelos governantes da época como símbolo de todo o país. A integração das três avenidas era fundamental para que a cidade se abrisse para o exterior e fixasse à sua imagem o caráter cosmopolita.

⁵ A cidade era conhecida como “o túbulo dos estrangeiros” e era foco de doenças como febre amarela, febre tifoide, impaludismo, varíola, peste bubônica e tuberculose.

Para que a reforma da cidade fosse feita, Rodrigues Alves distribuiu as responsabilidades entre algumas figuras, que acabaram apresentando “intervenções urbanísticas orientadas por sentidos distintos” (2002, p. 70), como veremos:

Logo após a indicação do engenheiro Passos, Rodrigues Alves confere-lhe autonomia para projetar uma reforma urbana para o Rio de Janeiro, facultando-lhe, inclusive, governar os seis primeiros meses de seu quadriênio com a Câmara Municipal fechada. Em paralelo, Rodrigues Alves, por intermédio de seu ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, designa um membro ilustre do Clube de Engenharia, Francisco Bicalho, para modernizar o Porto do Rio de Janeiro e operar uma reestruturação urbana na região portuária da cidade, a fim de permitir um melhor sistema de distribuição das mercadorias do porto pela cidade (2002, p. 36).

Além desses nomes, mais um se somou ao fim do ano de 1903, quando foi aprovado o funcionamento da Comissão Construtora da Avenida Central pelo então ministro da Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, designando Paulo de Frontin, que neste momento era o presidente do Clube de Engenharia, para encabeçar as obras daquela que se tornaria mais tarde o grande ícone das reformas realizadas entre 1903 e 1906: a abertura da Avenida Central.

De acordo com André Azevedo, o projeto de reforma do porto e das vias próximas estava alinhado a uma visão de cidade dos seus mentores – Lauro Müller e Francisco Bicalho –, que tem como principal referência o progresso material e

uma visão mecanicista de cidade, na qual a organização viária da urbe deve dar-se em uma relação de parte com parte, por uma razão funcionalista. De acordo com tal perspectiva, a ordenação viária opera-se de maneira causal, isolando a solução de uma demanda

urbana da cidade enquanto um todo. Assim, a parte pode ganhar uma relevância maior que o todo integrado da urbe, alcançando ela mesma importância superior ao conjunto urbano, uma vez que ocuparia uma função primordial na cidade, como foi o caso da obra do porto no contexto da reforma urbana federal (2002, p. 45).

Do outro lado da visão mecanicista, de acordo com os argumentos de André Azevedo, estava Pereira Passos, que, através da prefeitura, dirigiu as reformas com base em referências distintas daquelas supracitadas. Apesar de articulados com os projetos mais específicos do governo federal, a atuação de Pereira Passos e do chefe da Comissão da Carta Cadastral, Alfredo Américo de Souza Rangel, esteve direcionada a uma reformulação do sistema viário da cidade, através do prolongamento e/ou alargamento de ruas do centro e da zona sul. Vale ressaltar que, para tanto, foi necessária a demolição de dezenas de trechos na região central da cidade, oferecendo a ela uma intervenção plástica na sua feição arcaica. Para o historiador, é justamente na reelaboração do sistema viário que se pode observar a visão organicista que o prefeito tinha, idealizando a cidade

como um *corpus* continente de diversos órgãos vitais, no qual é fundamental a ligação destes para o funcionamento harmônico do corpo urbano. Sendo assim, a ideia de integração urbana rege o processo de urbanização, pois a cidade passa a ser vista com suas funções interligadas, uma vez que é percebida como uma totalidade, um verdadeiro organismo que justifica o sentimento de existência dos diversos órgãos interligados que o sustentam (2002, p. 44).

Somada ao traço organicista da visão de Passos sobre a cidade estaria ainda uma concepção culturalista da cidade que, de acordo com André Azevedo, se explica pela tentativa de conjugar a

necessidade de modernização do espaço urbano e ao mesmo tempo valorizar a sua tradição. Assim, para o prefeito Pereira Passos, mais do que a importância de um local preciso da cidade, como o porto, ou de um âmbito apenas, como o econômico, importava toda a dimensão da cidade e da sua sociedade, compreendidas como um organismo que funciona bem na medida em que pode se articular por dentro, inclusive numa relação com o seu passado histórico.

Entretanto, o que se observa é que no cabo de guerra com o governo federal este tinha mais força política e conseguiu imprimir, muitas das vezes, a prevalência do seu sentido para a capital. Por outro lado, as ações do próprio prefeito Pereira Passos, se colocadas na balança, entre a valorização das tradições e a produção de elementos de modernização, pendiam para a segunda, como é possível verificar pela herança que ele deixou com a sua gestão. Se, por um lado, o prefeito tinha uma postura de respeito em relação aos lugares que haviam se tornado referências da cidade – como é o caso do Morro do Castelo, do edifício da Câmara Municipal, da tentativa de construir o Teatro Municipal onde funcionava o Teatro São Pedro de Alcântara e de integrar a cidade ao mar por meio da Avenida Beira Mar –, por outro, a perseguição às vacas leiteiras, aos ambulantes, aos quiosques, aos descamisados que andavam na rua, ao entrudo, além da demolição de vários edifícios de arquitetura colonial, representam ações de intervenção que rivalizam com algumas heranças e práticas tradicionais da cidade.

Azevedo, portanto, associa a direção das reformas pelas mãos do governo federal a uma preocupação com o progresso material da cidade, enquanto a direção das reformas pela prefeitura se relacionaria mais intimamente com uma valorização da cultura. A concepção de civilização defendida pelo prefeito Pereira Passos “consistia fundamentalmente na manutenção de uma civilidade urbana burguesa [...]; no fomento à atividade estética e cultural, na reverência a um passado e no respeito à lei e à ordem pública estabelecidas pelo Estado através de uma elite política ilustrada”

(2002, p. 49), da qual o próprio prefeito fazia parte. Pode-se observar um impasse relacionado à reverência à tradição, o qual, de acordo com André Azevedo, o prefeito apresentava em decorrência da sua concepção culturalista da cidade:

Ser civilizado em uma grande cidade seria, sobretudo, enquadrar-se nos códigos burgueses de civilidade, associados a posturas pertinentes ao senso de individualidade, ao reconhecimento da legitimidade do espaço privado e da percepção do espaço público como um espaço que deve ser utilizado a partir da observação às regras estabelecidas por leis. No entanto, tais leis eram fixadas a despeito de elementos da tradição popular da cidade, pois eram feitas pela elite urbana do Rio de Janeiro (2002, p. 50).

Por ter o desenvolvimento de uma civilidade urbana como meta principal, mesmo que este se desse em detrimento da tradição, o prefeito se dedicou a ensinar os padrões de civilização àqueles grupos sociais que não aderiram imediatamente à sua concepção. Então, toma o centro da cidade reformado como o *locus* privilegiado no sentido de se tornar exemplar. Para tanto, toda a sua dedicação em reformular a rede viária da cidade seria fundamental, uma vez que o trânsito entre diversas regiões da cidade estaria, a partir de então, facilitado, permitindo que o operário que morasse nos bairros mais afastados pudesse aprender as regras do jogo ao visitar o centro. Mais do que isso, depois dessa iluminação, o operário retornaria para o seu bairro capacitado para inscrever também ali os mesmos padrões de civilidade que encontrara nas ruas do centro (Azevedo, 2002, p. 52).

Embora a visão organicista do prefeito estivesse confirmada, seu propósito civilizador avançava de tal forma sobre a cidade que ela, como carne e espírito, viu-se num embate que apontava três caminhos: aderir a tal visão de mundo, ou seja, não preservar as diferenças; resistir por meio da manutenção das

tradições, preservando e recriando espaços dissonantes em relação ao projeto de civilização; ou buscar conjugar as duas coisas, por meio de diferentes leituras da civilização pelas sociabilidades mais tradicionais, de modo que se recusasse o mero simulacro, mas se estimulasse a assimilação costurada por dentro das especificidades cariocas.

Rio de Janeiro: de cidade das letras à cidade maravilhosa

O Rio de Janeiro viveu na virada do século XIX para o século XX uma experiência literária bastante fecunda, associada a uma vida cultural efervescente. Na esfera política, a cidade havia perdido ao longo dos séculos anteriores a capacidade de se autogerir de acordo com as demandas e anseios da sua população, como vimos no item anterior. Essa condição se estabeleceu na medida em que a cidade paulatinamente perdeu seu caráter municipal para assumir o papel de capital do país. A concentração dos órgãos públicos e a centralidade política que a cidade-capital passa a ter em âmbito nacional simultaneamente enfraqueceram as redes de direção política que emergiam dos próprios cariocas e fortaleceram a imagem de lugar ideal não apenas para os representantes oficiais como para intelectuais e literatos que circulavam pelo Rio. Desse modo, o Rio de Janeiro, capital da colônia, da corte e da República, transformou-se pouco a pouco no palco em que as decisões políticas eram tomadas e de onde eram dirigidas. Seu lugar simbólico, então associado a um cenário, permitiu que entrassem em cena os atores políticos vinculados a outras regiões brasileiras, reduzindo a atmosfera carioca a um ambiente onde os que faziam política não eram propriamente os mesmos cariocas que pensavam os rumos políticos da nação. A observância dessa lacuna pelos intelectuais serviu de estímulo para que eles mesmos participassem da vida pública carioca a partir, entretanto, de um outro ambiente de debates: a literatura.

A centralidade da cidade do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que possibilitava a concentração de tantos literatos, também estimulava que a própria cidade se tornasse o motivo da escrita deles. Desde a geração da década de 1870 até o início dos anos 1920, a cidade do Rio de Janeiro foi o lugar em que se concentraram o maior número de literatos, que constituíram ao longo dos tempos os clássicos da literatura brasileira. Muitos deles se envolveram em questões nacionais; outros tiveram seu nome vinculado pela fortuna crítica ao Brasil; houve ainda os que escrevendo sobre a capital federal almejassem mimetizar o país como um todo; e também os que escrevendo sobre o Rio de Janeiro não tivessem outro fim senão refletir sobre as tensões com as quais a cidade-capital estava envolvida durante as primeiras décadas do período republicano.

Esse momento em que a literatura brasileira se questionava a respeito das suas cores locais, sua brasilidade, suas relações com a conformação de um caráter nacional e ainda com a universalidade dos seus traços foi também o momento de decisivo desenvolvimento da imprensa nacional, especialmente a da capital federal. Muitos dos literatos brasileiros mais citados desde então – José de Alencar, Machado de Assis, Olavo Bilac – estiveram envolvidos como editores, redatores, colunistas de muitos dos periódicos que circularam no Rio de Janeiro entre 1870 e 1920. Diversos clássicos posteriormente publicados pelas editoras foram primeiro publicados inteiramente nos folhetins.

De modo geral, os literatos faziam do envolvimento com o jornalismo a oportunidade de um ganho de vida mais estável, tendo em vista que as publicações pelas editoras estavam submetidas a uma sazonalidade e a uma incerteza muito grandes. O trabalho em jornais e o serviço público foram os principais aliados para que muitos literatos pudessem ganhar um soldo e, então, investir na literatura. Assim, era bastante comum que os temas mais atuais e relevantes no âmbito da política, da filosofia e da cultura estivessem presentes nas colunas dos periódicos por meio

da pena dos escritores brasileiros. Por um lado, a imprensa acabou popularizando as letras entre os mais variados leitores; por outro, a literatura teve muitas vezes de se adaptar às características específicas do suporte jornalístico. As crônicas, por exemplo, ganham a cena como um dos gêneros literários mais recorrentes entre os literatos desse período por se tratar de um tipo de escrita muito associado à condição transitória do tempo e, portanto, servir como um excelente registro da modernidade carioca. Elas guardam a qualidade de contribuir para uma leitura mais breve e que acompanha, em certa medida, a aceleração do tempo percebida entre as pessoas na virada do século XIX para o XX. A vida moderna nervosa ganha, assim, um gênero literário associado a ela porque conjuga em si mesmo a condição da aceleração e da transitoriedade do tempo histórico tal como ele era sentido e percebido pelas pessoas àquela altura.

É um traço das crônicas que seus temas representem o cotidiano e as questões diárias; contudo, não é raro que temas universais apareçam nas entrelinhas do tratamento dado às questões mais ordinárias. Dessa forma, algumas delas sinalizavam as reflexões mais profundas de alguns literatos, como é o caso de João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto, que dedicou a vida a escrever sobre o Rio de Janeiro e a descortinar a alma das ruas, a psicologia da cidade, as antropologias das religiões silenciadas na capital, entre outras investidas que ocuparam a vida de um dos principais cronistas brasileiros até o seu falecimento em 1921. Paulo Barreto fez passagens em mais de uma dezena de periódicos, entre eles: *A Cidade do Rio*, *O Dia*, *Correio Mercantil*, *O Tagarela*, *O Coiô*, *Gazeta de Notícias*, *Kosmos*, *O Paiz*, *O Comércio de São Paulo*, *A Noite*, *A Notícia*, *A Ilustração Brasileira*, *El Diario*, *A Revista da Semana*, *A Pátria*. No caso dele, literatura e jornalismo caminharam juntos, de modo que ele se dedicava por muitas horas às redações dos jornais, sobretudo se ocupasse cargos de chefia. O tempo que passava nas ruas era dedicado a nutrição do seu espírito, buscando ideias, motes, temas,

perseguindo por meio da pesquisa *in loco* as almas que compunham a cidade. Toda a agitação vivida por ele cotidianamente, entre as ruas e as redações, alimentava a sua verve incansável de cronista. No jornal *A Gazeta de Notícias*, escreveu, com o pseudônimo X., a coluna *A Cidade*, entre os anos de 1903 e 1904, quando o Rio de Janeiro enfrentava os primeiros sinais de mudança por causa das reformas urbanas, durante a gestão de Pereira Passos. Possivelmente, foi o jogo entre despreensão e profundidade que marcou tão especialmente as crônicas de João do Rio e as de muitos outros que a elas se dedicaram (Costa, 2011, pp. 63-4). A partir do momento em que transformaram a crônica no seu modo particular de comunicar, os cronistas refiguraram a cidade que tinham como tema em suas linhas em uma *cidade de letras*.⁶

Um dos momentos históricos mais largamente pesquisados sobre o Rio de Janeiro é precisamente o início do século XX e as transformações urbanas que a cidade experimentou. A aliança entre governo federal e prefeitura permitiu que o projeto de reformas saísse do papel e alcançasse seus objetivos mais importantes em um intervalo de quatro anos. O nome Pereira Passos é ainda hoje lembrado porque as condições dadas pela direção federal permitiram que as obras fossem levadas a cabo, tendo como resultado uma realização de sucesso, inédita até então na história da cidade. Essas transformações urbanas, entretanto, não se restringem às reformas do porto, às demolições, às construções de novas ruas e avenidas ou à modernização arquitetônica da cidade. As transformações urbanas abarcam todas as mudanças afetadas por processos de modernização, que ora estão relacionados ao progresso material e à presença da tecnologia e ora se vinculam ao

⁶ A expressão “cidade das letras” se inspira nos argumentos do historiador uruguaio Angel Rama, e em seu livro *A cidade das letras*, na medida em que ele observa que os grupos intelectuais – que por vezes coincidem com os grupos dirigentes – são capazes de construir uma cidade que coexiste em relação à cidade real, pois produzem a esfera simbólica da cidade.

desenvolvimento do espírito e, por conseguinte, à maneira como a sociedade carioca passou a se perceber. A imprensa, por exemplo, estava associada aos dois âmbitos, porque sofreu uma revolução com a chegada de novas técnicas de impressão e porque se tornou o ambiente frequentado pelos intelectuais que pensavam a cidade, lançavam modismos, lapidavam o gosto carioca e opinavam sobre cada momento vivido pela cidade. *A cidade das letras* era propriamente aquela que escolheu explorar como objeto de observação e interpretação o próprio Rio de Janeiro. Desde a realização de saraus, tertúlias, enquetes, conferências, até a publicação de matérias, colunas, revistas, livros inteiramente dedicados à cidade, o que se via era que os literatos recriaram a cidade real por meio das letras.

A efervescência cultural da cidade do Rio de Janeiro em sua *belle époque*, muito estimulada a partir das experiências estrangeiras, sobretudo de Paris, transformara o centro da cidade reformado e alguns bairros da zona sul da cidade em espaços de fruição e lazer dos próprios cariocas. Confeitarias, cafés, bares, cabarés, cervejarias, restaurantes, sorveterias, livrarias, teatros e cinemas reanimaram o espírito da cidade, fazendo da rua o lugar de encontros, trocas, flertes, conversas e sociabilidades que não estavam confinados às paredes dos espaços privados, mas, pelo contrário, contaminavam a ambiência e envolviam os cariocas em uma rede simbólica que costurava o imaginário urbano a partir das vivências culturais e dos eventos sociais cotidianos na cidade.

Durante os primeiros anos republicanos, o espírito da cidade poderia ser perfeitamente traduzido pelas letras que pensavam e contavam a vida no Rio de Janeiro. Embora *cidade das letras* nunca tenha se tornado um epíteto para a cidade do Rio de Janeiro, foi por meio da literatura que o escritor Coelho Neto adjetivou o Rio de Janeiro como *cidade maravilhosa*. Os contos reunidos em *A cidade maravilhosa*, livro publicado em 1928, confirmam a estreita relação entre o universo da cultura e o das letras na cidade.

A expressão, presente depois em nome de programa radialístico e consagrada em marchinha de carnaval, é até hoje o epíteto mais popular do Rio de Janeiro. Surgida em uma ambiência carioca que valorizava sobremaneira as diversões e lazeres culturais, *cidade maravilhosa* hoje representa para o senso comum as belezas das paisagens naturais que a cidade possui.

Na década de 1920, entretanto, já não era exclusivamente o centro da cidade reformado durante a prefeitura de Pereira Passos, seus bulevares abertos, edifícios neoclássicos erguidos e a civilidade burguesa parisiense que impressionavam em uma visita ao Rio de Janeiro. Desde o final do século XIX, com a abertura de túneis e a instalação de novas linhas de bondes, os bairros atlânticos, especialmente Copacabana, vinham se tornando crescentemente as meninas dos olhos dos prefeitos, das construtoras e dos especuladores imobiliários. O discurso higienista e civilizatório encontrava respaldo nos usos e projetos destinados àquela região da cidade, que não era vista como o avesso do progresso, mas como o grau zero, ou seja, o lugar fértil para o desenvolvimento dos projetos de progresso e civilidade (O'Donnell, 2013, p. 32).

Os parâmetros de vanguarda associados à fruição da cultura em espaços fechados – como se via em metrópoles mundo afora – aportaram no Rio de Janeiro ao lado da valorização, não menos civilizada, dos usos para a saúde do corpo e da mente em áreas abertas, como eram as praias quase selvagens dos bairros atlânticos da cidade. Exemplo disso é que um dos caminhos abertos para o arrabalde de Copacabana foi iniciativa de um empreendedor que possuía um hotel destinado ao turismo muito próximo da atual ladeira dos Tabajaras.

Já no século XIX, bairros como Flamengo e Botafogo foram ocupados pela gente abastada que desejava usufruir da amplidão dos terrenos, das brisas marítimas e dos banhos medicinais na Baía de Guanabara. Um dos exemplos mais importantes desse fenômeno é que a família imperial manteve uma casa em Bota-

fogo, de frente para a baía. Antes da chegada da corte, o Rio se via concentrado e limitado por quatro morros: Morro de Santo Antônio, Morro do Castelo, Morro de São Bento e Morro da Conceição, todos na região do centro da cidade, todos margeados pela Baía de Guanabara. Com a chegada da corte em 1808, muitos incentivos foram dados para estimular a ocupação de outras áreas da cidade, entre elas os bairros da zona sul banhados pela Baía: Glória, Flamengo e Botafogo. Mais uma vez, a expansão e a ocupação da cidade dependiam das relações tensas entre os projetos de cidade ideal civilizada e a natureza, primitiva e selvagem. Assim, ainda sem vencer os morros da cidade, o desenvolvimento seguiu o rumo da orla na estreita faixa entre os morros e a Baía. Não tardou que o desmonte dos morros e a criação de túneis se tornassem uma questão central para os engenheiros e higienistas que comandaram politicamente a cidade a partir do início do século XX. Enquanto isso, as famílias enriquecidas investiam nos bairros próximos à orla, enquanto o interior da cidade – a Tijuca, por exemplo – fazia as vezes de sítio afastado e bucólico.

O fenômeno do turismo destinado à cura cresceu na segunda metade do século XIX, impulsionado pelos avanços na medicina que apontavam os ares serranos mais puros e os banhos em águas gélidas parceiros no tratamento de diversos males, inclusive psiquiátricos (Urry, 2001, p. 35). A postura em relação aos banhos não era livre como hoje se apresenta; pelo contrário, obedecia a uma prescrição rigorosa dos médicos, que apontavam o melhor horário para o banho, quantos minutos de imersão deveriam transcorrer e em que situações ele deveria ser interrompido. Tanta cuidados exigiam o acompanhamento cada vez mais comum nas estações de banho que se espalharam por Inglaterra e França no século XIX. Embora houvesse muitas distinções entre Bath e Biarritz, os impulsos para o crescimento de estações de banho e balneários como esses partia do mesmo intento de associar alguma distinção social e preocupação com a saúde.

Entre os anos 1900 e 1930, houve uma mudança cultural notável em relação ao modo como o burguês aproveitaria a vida. Os estereótipos informam alguns dados relevantes: se o burguês de 1900 estava vinculado a hábitos boêmios e notívagos, associados a desordem, bebidas, drogas e promiscuidade sexual; o burguês dos anos 1930 se apresentava com uma postura mais conservadora, por meio de hábitos diurnos e do culto aos esportes. Em certo sentido, os abusos relacionados aos vícios do 1900 abririam espaço para o cultivo de virtudes – tão civilizadas quanto os vícios anteriores – associadas à saúde do corpo e dos organismos (O'Donnell, 2013, p. 161).

No Rio de Janeiro, essa flutuação dos hábitos da vida é bastante visível na maneira como se desenvolveu o bairro de Copacabana. Nos anos 1910, era muito bem visto que os moradores do bairro circulassem pela cidade durante os fins de semana aproveitando os aspectos positivos de morar em um bairro atlântico e de estar a menos de meia hora do centro, onde se poderia usufruir de outra sorte de lazeres. O traço cosmopolita do crescimento da cidade estava presente justamente na abertura para a circulação, na diversidade de usos que a cidade possuía. O mar, fosse o Atlântico ou o porto na Baía de Guanabara, representava o cosmopolitismo porque era através dele que as trocas culturais se estabeleciam. Em meados dos anos 1920, a postura dos moradores de Copacabana – bem como de Ipanema e Leblon – já era a de demandar uma distinção daquele antigo arrabalde dos demais bairros da cidade, sobretudo os mais populares, valorizando cada vez mais o exercício de afazeres e costumes praianos como dado elementar de *status* social. A circulação se tornou cada vez mais um atributo dos moradores dos bairros da zona sul respeitados os limites do centro da cidade e a “excentricidade” dos bairros mais populares da zona norte (O'Donnell, 2013, p. 141).

A cidade maravilhosa, de sol e mar, é nos dias de hoje uma imagem vinculada e veiculada exclusivamente aos aspectos posi-

tivos da vida – ativa e, sobretudo, contemplativa – que se observa pela orla desde a Barra da Tijuca até o centro da cidade. Entre os anos 1900 e 1930, entretanto, ela foi fruto da intervenção da cidade das letras. Não apenas porque o epíteto tenha surgido nos contos de Coelho Neto, literato muito presente na imprensa carioca, mas porque o estilo de vida corrente nos bairros atlânticos não era – como o mar, a praia, os morros – uma natureza. O que se tornou a forma corrente de frequentar as praias foi ensinado ao carioca por meio da coluna “Iracema”, na *Revista da Semana*, entre os anos 1914 e 1917 (O’Donnell, 2013, p. 103). O aprendizado das sociabilidades na praia foi feito a exemplo das experiências de sucesso dos balneários europeus, visando à associação entre a valorização dos atributos naturais dos bairros atlânticos cariocas a uma ocupação suntuosa e elegante.

Se, nas primeiras duas décadas do século XX, o Rio de Janeiro, culturalmente efervescente, especialmente no centro da cidade, era simbolizado pela cidade das letras, a partir dos anos 1920, a ocupação dos bairros atlânticos fez com que pouco a pouco a imagem da cidade se dissociasse do passado vinculado às sociabilidades do centro – cafés, bares, confeitarias, teatros, cinemas – e se deslocasse crescentemente em direção à zona sul e à cultura da vida praiana em meio à paisagem do mar, emoldurado pelas montanhas.

Pode-se dizer que a imagem que se fixou do Rio de Janeiro, findo o século XX, foi a da cidade que se destaca em razão das suas belezas naturais. Freire-Medeiros e Castro são conclusivos ao afirmarem que “o que hoje é percebido como uma ‘natureza turística’ da cidade é, portanto, apenas um momento de um longo processo de construção cultural, sempre inacabado” (2013, p. 34). Convém observar, portanto, que esse imaginário que paira sobre o Rio de Janeiro é bastante recente e está vinculado a uma série de fatores que tornaram a cidade culturalmente menos vibrante do que ela era cem anos atrás. Por um lado, a literatura foi esvaziada de cronistas dedicados exclusivamente à vida da cidade, de modo que

os repórteres conhecidos por tematizar o Rio hoje em dia apenas fazem notas, dão pequenas notícias, enquanto aqueles de outrora produziam centenas de crônicas diárias refletindo sobre os mais diversos acontecimentos cotidianos da cidade. Diferente deste, mas ainda no mesmo universo cultural, outro exemplo que podemos citar é da escassez de cinemas, especialmente os cinemas de rua, na cidade do Rio de Janeiro. Bairros como a Tijuca, na zona norte, não possuem hoje nenhum cinema de rua. Entre 1907 e 1997, entretanto, 42 salas de cinema de rua abriram e fecharam no bairro. Este, que já contou com mais de 10 mil assentos em salas de cinema, hoje conta com menos de 2 mil, distribuídos entre seis salas de cinema concentradas em um *shopping center*. O cinema Olinda, que funcionou na Praça Sáenz Peña entre 1940 e 1972, somava sozinho 3.500 assentos. Essa desvitalização da cena cultural carioca não é exclusividade da zona norte. Em toda a cidade esse processo se acentuou entre os anos 1980 e 2010, em razão do aumento da violência urbana. Em Copacabana, no ano de 1992, havia 11 cinemas de rua espalhados pelo bairro, restando apenas dois atualmente.

A publicação de guias turísticos sobre o Rio de Janeiro nos ajuda a acompanhar a transformação do modo como a cidade foi vista e apresentada aos visitantes ao longo do último século. Charles Morel e Henrique Morel, através do *Guide de l'étoile du sud. La ville de Rio de Janeiro*, queriam tornar a cidade conhecida dos europeus. Escrito em português e francês, a primeira edição do guia é de 1897, feita pelo pai, Charles Morel, e a segunda, de 1905, contou com a colaboração do filho, Henrique Morel. Como era costume, o guia trazia uma breve história da cidade e fotografias de alguns políticos da época, como as do prefeito Pereira Passos e as do presidente Rodrigues Alves. Chamam a atenção alguns aspectos muito particulares: a presença de aconselhamento sobre cuidados com a higiene e saúde – como evitar a exposição ao sol, tomar banho frio apenas de manhã ou à noite, não adicionar

gelo às bebidas, evitar o sereno, sair o mínimo possível à noite, evitar excessos alcoólicos ou de qualquer ordem – e as detalhadas informações sobre os sintomas da febre amarela. Como visto no item anterior, a cidade era considerada pestilenta e fazia apenas um ano que havia sido palco da Revolta da Vacina. Reescrito no calor das reformas urbanas, o guia critica as ruas estreitas e mal pavimentadas do centro da cidade e já previa a mudança do comércio de luxo da Rua do Ouvidor para a Avenida Central, tão logo fosse inaugurada. De acordo com os argumentos higienistas, o guia maldiz também a abundância de morros na cidade porque eles contribuem para a demora no deslocamento de um ponto a outro, tendo em vista que tinham de ser contornados, uma vez que ainda não havia tantos túneis como atualmente. Como foi escrito durante as reformas, o guia alerta que muitas indicações sobre as ruas, especialmente as do centro, poderiam não estar mais de acordo com a realidade quando fossem finalizadas as obras. Como em vários outros guias, livros e catálogos sobre a cidade do Rio de Janeiro, a imagem da Baía de Guanabara e do Pão de Açúcar era a primeira a figurar no *Guide* de Charles e Henrique Morel. A recorrência de imagens da Baía nos guias estava relacionada ao fato de ser aquele local o ponto de entrada na cidade do Rio de Janeiro, quando a maioria dos visitantes ainda chegava por mar (Castro, 1999, p. 83). Era necessário, portanto, ambientar os turistas com aquilo que primeiro causaria impacto na chegada à cidade e que se faz presente no imaginário dos visitantes e cariocas como uma das mais potentes imagens que simboliza o Rio de Janeiro: a vista da cidade espalhada entre o mar e as montanhas.

Se comparado aos guias atuais, há dois aspectos presentes no *Guide* de Charles e Henrique Morel que já não estariam presentes da mesma forma. Nas primeiras décadas do século XX, o primeiro passeio indicado ao turista deveria ser feito de bonde e a pé visitando ruas, monumentos e edifícios do centro da cidade. Algumas vezes, o passeio ficava limitado ao centro e, em outras,

estendia-se aos bairros banhados pela Baía de Guanabara. Hoje, os primeiros passeios indicados aos visitantes são os mirantes do Pão de Açúcar e do Corcovado e as praias dos bairros atlânticos: Copacabana, Ipanema e Leblon. O segundo aspecto diz respeito à organização do mapa turístico da cidade. Hoje em dia, a parte inferior do mapa, de onde começamos a vê-lo, está ocupada pela orla da zona sul, enquanto naquela época era ocupado pelo centro da cidade. Vale sublinhar que os bairros atlânticos sequer apareciam no mapa anexado ao *Guide* de Charles e Henrique Morel.

Na ocasião da Exposição Internacional de 1922, que comemorava o centenário da Independência do Brasil, foi publicado o *Guia oficial da exposição*, que, além de dados sobre os pavilhões e um mapa de toda a região que a exposição abrangia, servia também como guia turístico, introduzindo o visitante no Rio. Após a gestão do prefeito Pereira Passos, outros prefeitos deram prosseguimento às obras iniciadas na primeira década do século XX, observando os paradigmas higienistas e urbanistas da época. O prefeito Carlos Sampaio foi exemplo disso, sendo conhecido especialmente pelo desmonte do Morro do Castelo – local de fundação da cidade, fortemente associado ao passado colonial carioca – e pela realização da Exposição Internacional de 1922. O guia, escrito em português, francês e inglês, traz toda sorte de informações turísticas importantes: sugestões de meios de hospedagem – a maioria delas no centro da cidade –, meios de transporte da cidade, agências de viagem especialmente dedicadas a cruzeiros marítimos, endereços de embaixadas, consulados, legações, além de indicações de bares e restaurantes, o que segue sendo comum nos guias contemporâneos. O guia informa ainda que o Palácio Monroe – construído para ser o pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Saint Louis, sendo desmontado e transportado para o Rio de Janeiro para ali ser remontado em 1906 – seria usado como uma espécie de centro de atendimento ao turista, oferecendo serviços de informações, cambio, agenciamento, bem como

material de propaganda e venda de bilhetes para teatro e afins. Tal como o *Guide* de Charles e Henrique Morel, a primeira imagem que consta no guia da exposição é uma tomada da Baía de Guanabara com o Pão de Açúcar. Por outro lado, os primeiros passeios pitorescos indicados em 1922 são a subida ao Pão de Açúcar, onde já estava instalado há dez anos o bondinho, e a ida ao Corcovado de trem elétrico. A essa altura, o Corcovado oferecia apenas um panorama da cidade, tendo em vista que o Cristo Redentor seria inaugurado anos depois. De todo modo, os bairros atlânticos ainda não constavam entre os passeios sugeridos, e o centro da cidade figurava ainda como a “menina dos olhos” do carioca.

Nestes últimos vinte anos desde a administração do Prefeito Pereira Passos à administração atual do Prefeito Carlos Sampaio, as grandes obras de higiene e embelezamento converteram a antiga cidade colonial, de ruas estreitas, iluminação deficiente e construções antiquadas, numa metrópole moderna, profusamente iluminada, excelente calçamento de asfalto, construções magníficas e largas avenidas arborizadas e formosos jardins públicos (*Guia Oficial da Exposição*, p. 285).

Com esses exemplos, conseguimos observar como a imagem da cidade mudou ao longo dos anos em decorrência de todo tipo de transformações que ela viveu. A mudança da imagem da cidade para os próprios cariocas e para os estrangeiros alterou também a própria experiência turística que se experimentou no Rio de Janeiro ao longo do século XX. Enquanto nas primeiras décadas do século XX os guias destacam a vista da Baía de Guanabara, a visita ao centro e seus monumentos e edifícios, já nas últimas décadas do século XX se observa que o destaque passa a estar nas praias da zona sul e nos mirantes do Pão de Açúcar e do Corcovado. Castro é conclusivo ao afirmar que “não se trata de uma relação de determinação direta, e sim de interação: às vezes muda

a cidade, muda o turismo; outras vezes, a partir de modificações no mundo do turismo, introduzem-se alterações urbanísticas na cidade” (1999, p. 84). A natureza turística do Rio de Janeiro se viu transformada na medida em que a cidade das letras, sediada no centro, passou a concorrer com a expansão da área urbana e o desenvolvimento dos bairros atlânticos da zona sul, que hoje figuram nos cartões-postais e simbolizam a principal paisagem da cidade maravilhosa.

Considerações finais

O Rio de Janeiro conjuga em seu caráter certa singularidade, expressa no espírito do carioca, e certa pluralidade de características, que adquiriu por representar todo o país enquanto capital. Se hoje o visitante encontra na cidade vários dos regionalismos brasileiros, é porque, por muito tempo, ela, como centro da nação, recebeu gente de todos os cantos do país. O Rio correu o risco, com isso, de se despersonalizar e acabar no fim das contas parecendo e representando lugar nenhum. O espírito carioca, entretanto, é dotado de uma característica muito marcante: apropriar-se das coisas, produzindo releituras de tudo o que o alimenta e o inspira. Esse traço garante ao Rio de Janeiro e ao carioca uma relação de autenticidade com tudo que trava contato, mesmo que o elemento em questão seja estranho, estrangeiro. Esse impulso foi necessário quando a cidade, ainda nos séculos XVII e XVIII, já estava aberta ao mundo, fazendo comércio com diferentes países, garantindo sua autonomia e desenvolvendo seu cosmopolitismo.

A partir do momento em que o Rio não mantém mais o seu caráter exclusivamente municipal e passa a exercer as funções de capital, foi necessário que os cariocas resistissem, se não na esfera política, ao menos na intelectual. Desde o século XIX, a literatura foi o espaço encontrado pelos intelectuais que, refletindo sobre a cidade, observavam que no mesmo espaço da cidade-ca-

pital conviviam vários lugares simbólicos que ora diziam respeito exclusivamente à cidade e ora refletiam a força da centralidade da capital. Essa e outras tensões foram registradas por cronistas que acompanharam os processos de modernização urbana do Rio de Janeiro no início do século XX. A imagem da cidade que se construía na literatura ganhou forma e vigorou como *cidade das letras* justamente porque efervesciam os encontros culturais e as experiências intelectuais nos mais diversos ambientes do centro da cidade, dos cafés aos teatros. Assim, a *cidade maravilhosa* era a *cidade das letras*, a cidade onde o centro e as suas sociabilidades – e não os bairros atlânticos e o lazer ao ar livre – eram destaque entre cariocas e estrangeiros.

Na medida em que a literatura foi deixando de ser o terreno no qual se construía as imagens da cidade e o Rio passou a se expandir e a se desenvolver no sentido da zona sul, a expressão *cidade maravilhosa* ganhou novo significado, que expressa, antes, as belezas naturais relacionadas à paisagem da cidade espreada entre as montanhas e o mar. A natureza turística do Rio de Janeiro acompanhou essas mudanças e continua a confirmar essa nova visão da cidade, que as últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI seguem ratificando.

Referências

- ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, 206 p.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 632 p.
- AZEVEDO, André Nunes de. “A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica”. *Anais do Seminário Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural / NAPE / DEPEXT / SR-3 / UERJ, 2002, pp. 45-63.
- . “A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana”. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, mai.-ago. 2013, n. 10, pp. 35-63.

- BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. *Entre a corte e a cidade: o Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- CASTRO, Celso. “Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro”. In VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, pp. 80-7.
- COSTA, Amanda Danelli. *Cidade, reformas urbanas e modernidade: o Rio de Janeiro em diálogo com João do Rio e Augusto Malta* (tese). PUC-Rio, 2011.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca e CASTRO, Celso. “Destino: Cidade Maravilhosa”. In CASTRO, Celso et al. (orgs.). *História do turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, pp. 13-36.
- FREITAG, Barbara. *Capitais migrantes e poderes peregrinos: o caso do Rio de Janeiro*. São Paulo: Papirus, 2009, 400 p.
- GUIA OFICIAL DA EXPOSIÇÃO Internacional do Rio de Janeiro em 1922. Rio de Janeiro: Bureau Oficial de Informações, 1922, 392 p.
- MATTOS, Ilmar R. de. “O Rio de Janeiro e a experiência imperial”. In AZEVEDO, André Nunes (org.). *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural / Nape / DEPEXT / SR-3-UERJ, 2002, pp. 77-86.
- MOREL, Charles e MOREL, Henrique. *Guide de l'étoile du sud. La Ville de Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Edición l'Etoile du Sud, 1905, 159 p.
- NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 1, pp. 13-44.
- O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, 255 p.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, 157 p.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. “Em algum lugar do passado. Cultura e história na cidade do Rio de Janeiro”. In AZEVEDO, André Nunes (org.). *Anais do Seminário Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural / NAPE / DEPEXT / SR-3 / UERJ, 2002, pp. 11-43.
- . “América renascentista – um ensaio: as experiências modernas no espaço da Baía da Guanabara – a dupla fundação da cidade do Rio de Janeiro: entre ideais e utopias”. *Morus*, Campinas, 2006, v. 3, pp. 213-42.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 608 p.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 420 p.
- URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel / SESC, 2001, 231 p.